



História, Ciências, Saúde-Manguinhos

ISSN: 0104-5970

ISSN: 1678-4758

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Burke, Peter

Writing the history of knowledge in Brazil

História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 25, no. 3, 2018, July-September, pp. 859-869

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000400014>

Available in: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386157749014>

- How to cite
- Complete issue
- More information about this article
- Journal's webpage in redalyc.org

UABM
redalyc.org

Scientific Information System Redalyc

Network of Scientific Journals from Latin America and the Caribbean, Spain and Portugal

Project academic non-profit, developed under the open access initiative

Escrevendo a história do conhecimento no Brasil

Peter Burke

Cambridge University.
Cambridge – Reino Unido
upb1000@cam.ac.uk

Recebido em 10 out. 2017.

Aprovado em 4 dez. 2017.

Traduzido por Claudia Freire.

BURKE, Peter. Escrevendo a história do conhecimento no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, jul.-set. 2018.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/hcsm>>.

Resumo

O artigo examina contribuições recentes para a história do conhecimento no Brasil, principalmente relacionada à história das ciências. Lança sugestões para o futuro desenvolvimento do campo, destacando diferentes espaços ou locais de conhecimento (colégios e universidades, museus, arquivos, jardins botânicos, observatórios, jornais, fundações, entre outros) que proliferaram particularmente nos últimos duzentos anos.

Palavras-chave: ciência; universidades; museus; Brasil; história do conhecimento.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702018000400014>

Em 2015, o secretário de Ciência e Tecnologia do Brasil descreveu a Semana Nacional dedicada todos os anos a esses temas como um “marco da história do conhecimento brasileiro”.¹ O secretário, sem dúvida, mostrou-se atualizado ao se referir à história do conhecimento, tópico de crescente interesse em países como EUA, Alemanha, França, Grã-Bretanha, entre outros, ampliando-se para além da história da ciência (disciplina introduzida ao mundo acadêmico há cerca de um século), e também da história intelectual. Poderíamos falar inclusive em uma recente “virada cognitiva” na história da escrita histórica, assim como na história da psicologia ou de estudos literários (Ty, 2010).

A história do conhecimento difere da história da “ciência” (conceito ocidental do século XIX) por incluir mais tipos de conhecimento, entre eles habilidades práticas (“*knowhow*” ou “conhecimento implícito”). Difere da história intelectual pela ênfase na história das instituições comprometidas com pesquisa e ensino (Burke, 2007).²

Em que medida o Brasil participou dessa tendência, ou movimento? Foi publicada uma quantidade considerável de estudos significativos analisando os diferentes aspectos desse extenso tema, sendo os historiadores da ciência mais uma vez os pioneiros.³ No entanto, não há, pelo menos até onde sei, nenhuma tentativa de reunir todos esses estudos, a fim de desvendar as conexões entre os avanços em diferentes domínios. Portanto, talvez fosse útil retomar a famosa e ambiciosa questão proposta em 1845 por Carl Friedrich Philipp von Martius: “Como se deve escrever a história do Brasil?” (Martius, 1845). Com um pouco mais de modéstia, poderíamos perguntar, como se deve escrever a história do conhecimento no Brasil?

Ao mesmo tempo que impossível, trata-se de uma tarefa que vale a pena tentar cumprir. É impossível dadas a diversidade de conhecimentos e a necessidade de ter acesso aos cérebros de cada brasileiro ou, pelo menos, a amostras de cada tipo de brasileiro, morto ou vivo. Vale a pena tentar cumpri-la porque o conhecimento é parte essencial de todo tipo de história, seja ela política, econômica e social, bem como intelectual ou cultural. Tentar cumpri-la também é válido, ainda que projetos semelhantes tenham sido experimentados em outros locais, porque a história do conhecimento é necessariamente diferente em cada parte do mundo. Até mesmo em estudos do Brasil, seria no mínimo prudente optar pela forma plural, “histórias” dos “conhecimentos” em vez da singular. Existe, ou pelo menos deveria existir, uma ecologia (incluindo uma ecologia histórica) de conhecimentos, uma vez que diferentes conhecimentos se desenvolvem em e dependem de diferentes nichos em diferentes ambientes (Rosenberg, 1979).⁴

Este artigo apresenta o esboço de um livro que não estou escrevendo e, na verdade, não sei o suficiente para escrevê-lo, embora eu adorasse ler um estudo sobre esse tópico. Ele oferece uma espécie de dissertação bibliográfica acompanhada de algumas reflexões sobre as diferentes maneiras em que a história do conhecimento poderia ser escrita no caso do Brasil, do período colonial até o momento. No texto a seguir, expressei-me na primeira pessoa do plural, supondo que alguns acadêmicos em breve se interessarão, se é que já não estão interessados, por essa iniciativa coletiva, optando por nela ingressar individualmente, em equipes ou em grupos informais.

Para começar, façamos a pergunta inevitável. O que é conhecimento? Seria útil fazer uma distinção entre informação (que é relativamente “crua”) e “conhecimento” (que foi processado

ou “cozido” no sentido de ter sido avaliado, classificado, e assim por diante) (Burke, 2000). Por outro lado, para os historiadores, assim como para os sociólogos ou antropólogos, não há utilidade em fazer distinção entre conhecimento e crença. Também tenho minhas dúvidas se seria produtivo na prática fazer distinção entre “saber”, termo por vezes empregado em contextos históricos, e “conhecimento” (Horta, Petter, 2002; Schneider, 2013).

O cenário hoje

O que já foi feito até agora? Muito se publicou nos últimos trinta ou quarenta anos sobre a história da ciência no Brasil, incluindo grandes volumes produzidos coletivamente, sobretudo por acadêmicos brasileiros, mas incorporando algumas contribuições estrangeiras também (Ferri, Motoyama, 1979-1980; Dantes, 2001a; Motoyama et al., 2004).⁵ As publicações se concentram na história da medicina, sem dúvida porque os avanços brasileiros são particularmente notáveis nesse campo, sobretudo a partir de Oswaldo Cruz (Stepan, 1976; Benchimol, 1999; Peard, 1999). Como sugerem seus títulos, muitos desses estudos tratam da história das instituições, assim como da história das ideias (Carvalho, 1978; Dantes, 1980; Scharzman, 1991; Benchimol, Teixeira, 1993; Lopes, 1997; Figueirôa, 1997; Dantes, 2001b; Sá, 2006). A maioria está relacionada aos séculos XIX e XX. Há um número relativamente pequeno de publicações sobre a história da ciência no período colonial.⁶

A história das ciências sociais no Brasil está defasada em relação à história das ciências naturais. Algumas publicações dizem respeito à história da sociologia, ciência política, antropologia, geografia e à história propriamente dita (Fernandes, 1958; Miceli, 1989; Forjaz, 1997; Salzano, 2009; Guimarães, 1994).⁷ Como era de esperar, considerando o elevado *status* desse tipo social, foram publicados diversos estudos sobre intelectuais brasileiros, um deles estendendo-se a sete volumes (Martins, 1977-1979; Miceli, 2001; Souza, 2008). Existe uma tradição de livros sobre a história do livro, aliada a algumas publicações recentes sobre a história do jornalismo (Sodré, 1966; Hallewell, 1982; Deaecto, 2011; Ribeiro, 2000; Romancini, Lago, 2007; Molina, 2015). Há ainda algumas dezenas de estudos sobre a história do rádio e da televisão, porém, salvo raras exceções, esses estudos dedicam atenção relativamente pequena ao uso da mídia como disseminadora de informação ou conhecimento (Ortriwano, 1985).

Importante citar aqui duas imensas lacunas: estudos sobre o conhecimento indígena e, em menor escala, estudos sobre as universidades. Os conhecimentos indígenas têm atraído cada vez mais a atenção de antropólogos, além de geógrafos e economistas, porém não de historiadores (Voeks, 2007; Cunha, 2006, 2012; Castro, 2012). No entanto, esses conhecimentos possuem uma história, ainda que muito difícil de ser reconstruída, sobretudo nos anos anteriores a 1900. Por outro lado, as mudanças no passado recente são bastante claras. Embora a Convenção sobre Diversidade Biológica, sediada no Rio de Janeiro em 1992, tenha reconhecido a importância dos conhecimentos indígenas e sugerido medidas voltadas para sua proteção, em artigo publicado 15 anos mais tarde, um pesquisador trabalhando no Nordeste do Brasil observou uma “crise no conhecimento de etnobotânica”, na verdade, sua possível extinção, pois membros mais jovens das comunidades tradicionais estavam perdendo o interesse no assunto (Voeks, 2007).

Em comparação com a situação em muitas outras partes do mundo, há poucos estudos publicados sobre as universidades brasileiras, mesmo levando-se em consideração o fato de a universidade ter chegado relativamente tarde no cenário intelectual brasileiro. Diversos estudos importantes sobre a ciência brasileira acabam na década de 1930, exatamente quando foram fundadas a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF) (Dantes, 2001a; Ferri, Motoyama, 1979-1980; Figueirôa, 1997; Sá, 2006). As universidades brasileiras, com proliferação relativamente recente (mais de quinhentas no setor público e mais de duas mil no setor privado), ainda aguardam seu historiador. Analisando o que foi publicado nesse campo, observamos um considerável contraste entre a pequena porção de artigos sobre a história comparativa das universidades brasileiras e o estudo de sete volumes de um único grupo de professores de uma delas (Veiga, 1980-1997; Lefebvre, 1990; Fávero, 2006; Abdounur, Mattos, 2012).

A necessidade de conectar as micro- e macroabordagens à produção e disseminação do conhecimento acadêmico reproduz em miniatura o problema geral das conexões reais e potenciais entre os conhecimentos, um problema normalmente ignorado pelos especialistas, com o qual apenas os generalistas podem lidar com alguma esperança de êxito. Como avançar a partir daqui? Como nosso fragmentado conhecimento dos conhecimentos pode ser compilado? Para conseguir uma visão clara da história dos conhecimentos brasileiros a partir de diferentes perspectivas, precisamos de mais estudos sobre o período colonial, as humanidades e as tradições indígenas. Acima de tudo, precisamos de tentativas de sínteses.

O futuro imediato

Se a tentativa é a de analisar o conhecimento brasileiro como um todo, dois conceitos aplicados com crescente frequência nos últimos anos podem ser úteis. O primeiro diz respeito à “ordem de conhecimento” no sentido de um sistema ou rede, conectando diferentes conhecimentos, indivíduos, grupos e instituições. O segundo é o conceito de “cultura de conhecimento” remetendo-nos ao fato de que o conhecimento adquirido por indivíduos é moldado pela cultura em que eles crescem, algo dolorosamente constatado por exilados quando começam a viver e trabalhar em um novo ambiente.⁸

Como de costume, esses conceitos suscitam problemas e também os solucionam. O mais óbvio é, provavelmente, o menos difícil de lidar: “ordem” e “sistema” são, ou aparentam ser, estáticos, ao passo que os conhecimentos estão em constante fluxo. Contudo, os historiadores estão acostumados a lidar com esse problema, escrevendo sobre o “sistema feudal” e, ainda assim, reconhecendo mudanças nas relações entre senhores e vassalos ao longo dos séculos. O problema das fronteiras intelectuais – onde uma ordem ou cultura de conhecimento termina e a outra começa – requer mais debate.

Em primeiro lugar, o conceito de uma única ordem ou cultura de conhecimento no Brasil talvez seja sistemático demais, privilegiando conexões e encontros e negligenciando lacunas e “desencontros” entre os conhecimentos locais; por exemplo, os conhecimentos indígenas, obviamente, foram e são segregados por idioma e espaço. Talvez fosse sábio distinguir a ordem de conhecimento dominante da subordinada, submissa ou subalterna, porém seria sem dúvida um erro tratar até mesmo a ordem dominante como monolítica.

A esfera acadêmica é apenas parte da ordem dominante e, dentro dela, há pouca comunicação entre as “duas culturas” das humanidades e das ciências naturais, abismo esse já observado há mais de meio século, no caso da Grã-Bretanha, por C.P. Snow (2001), físico-químico que virou romancista. Dos tempos de Snow até hoje, a especialização avançou muito mais e não se pode supor que um tipo de cientista natural, como um físico, conheça as atividades de outro tipo, por exemplo, um zoólogo.

Em segundo lugar, enfrentamos o problema oposto. A ordem dominante no Brasil não era e não é independente. No período colonial, essa ordem era dividida (desigualmente) com Portugal, uma vez que o Brasil não possuía imprensa nem universidade próprias. Desde então, observam-se duas tendências opostas. Uma é a nacionalização do conhecimento, no Brasil assim como em tantos outros países que se tornaram independentes no século XIX, processo ilustrado pela fundação dos arquivos nacionais, pela renomeação e reconstrução da biblioteca real como Biblioteca Nacional do Brasil e do museu real como Museu Nacional, pela fundação do Museu Histórico Nacional, pela publicação da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, e assim por diante.⁹ É possível mesmo falar em “nacionalização da natureza”: o Museu Paulista, por exemplo, expõe vasos contendo água dos principais rios do Brasil.

A tendência oposta, coexistente com a primeira, como é praxe em se tratando de tendências opostas, é a da “desnacionalização” do conhecimento brasileiro, sua incorporação em uma ordem maior ou diversas ordens diferentes (latino-americana, por exemplo, ocidental e global). Essa tendência foi muitas vezes descrita e analisada em termos de dependência intelectual (descrita mais grosseiramente pelos brasileiros como “macaqueação”), uma dependência, em um primeiro momento, das ordens de conhecimento dominantes em França, Grã-Bretanha, Alemanha e EUA, e, atualmente, de uma espécie de ordem global.

Impossível não pensar, obviamente, na importância de acadêmicos expatriados para a vida intelectual brasileira, por exemplo, não apenas de Martius, mas também dos zoólogos alemães Johann Baptist von Spix e Hermann von Ihering, os naturalistas suíços Louis Agassi e Émil Goeldi, o fisiologista francês Louis Couty, o botânico sueco Albert Löfgren, o geólogo norte-americano John Casper Branner, o crítico austríaco Otto Carpeaux, entre outros, sem contar a *mission française* coletiva para as universidades brasileiras na década de 1930, quando professores como Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss, ambos ex-docentes da USP, davam aulas em francês (Lefebvre, 1990). Hoje, poderíamos pensar na enorme quantidade de livros estrangeiros, tanto traduzidos como em idioma original, nas seções acadêmicas das livrarias ou no número de brasileiros estudando no exterior, ou nos créditos extras concedidos aos professores que publicam seus artigos em periódicos em idioma estrangeiro.

No entanto, seria certamente um erro explicar a dependência intelectual apenas pela demanda local pelo estrangeiro, ainda que ela tenha sido de extrema importância para a história brasileira. Os estrangeiros investiram dinheiro e esforços para implantar seus conhecimentos no Brasil. Por exemplo, a Fundação Ford exerceu papel fundamental na formação da disciplina de ciências políticas no Brasil, que ficou conhecida como “um tipo de imperialismo cultural erudito” (Forjaz, 1997). Como no caso da história econômica do Brasil, valeria pensar em termos de centros e periferias: “centros de cálculo” inovadores

de um lado e conhecimentos provincianos mais tradicionais de outro. Na história geral da ciência, o argumento foi fundamentado de maneira incisiva, crua e controversa por George Basalla (1967), que escreveu sobre a exportação do que ele chamou de “matérias-primas” do conhecimento da periferia para o centro, onde eram processadas (ou, como já mencionei, “cozidas”) e então reexportadas.¹⁰ O modelo de Basalla obviamente necessita de refinamento para que passe a levar em consideração as descobertas de cientistas e acadêmicos na periferia, descobertas pelas quais nem sempre receberam o devido crédito, e suas adaptações criativas das ideias provenientes do centro. Seria útil também fazer uma distinção entre periferias “objetivas” e “subjetivas”. Em muitos países, intelectuais sofrem de algo denominado pelos australianos “acanhamento cultural”, um sentimento de inferioridade em relação aos colegas que tiveram a sorte de trabalhar em Paris, Harvard ou Cambridge.

No Brasil, os centros e periferias intelectuais também existiram e continuam existindo. Uma das formas de colocar a ideia de ordem de conhecimento em prática é mapear os diferentes locais de conhecimento ou, como Christian Jacob (2007) descreve em sua frase que ficou famosa, *lieux de savoir* (cf. Jacob, 2014). Os volumes massivos de Jacob seguem o modelo do projeto ainda mais gigantesco de Pierre Nora *lieux de mémoire*. O trabalho de Nora foi imitado em diversos países, mas o de Jacob não, embora alguns geógrafos anglófonos de fato abordem o conhecimento dessa forma (Livingstone, 2003; Finnegan, Wright, 2015). A produção de um volume coletivo sobre a história dos “locais de conhecimento” no Brasil seria um passo fundamental em direção a uma síntese.

Um volume como esse necessitaria de um mapa ou, mais precisamente, de uma série de mapas de conhecimentos no Brasil. Esses mapas poderiam combinar geografia e cronologia, ressaltando o surgimento e proliferação de diferentes espaços como livrarias, museus, academias, universidades, fundações como o CNPq e assim por diante, sem esquecer os locais temporários. Os locais temporários incluem exposições, como a Exposição de História do Brasil realizada no Rio de Janeiro em 1881 ou as bienais do livro em São Paulo, iniciadas em 1970, além de congressos, como o Congresso Afro-Brasileiro sediado em Recife em 1934 ou aqueles organizados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) desde 1976 (Barbuy, 2011). Como um modesto ponto de partida, o apêndice deste artigo apresenta uma cronologia resumida e incompleta de importantes “locais de conhecimento” desde os primeiros colégios jesuítas, fundados na década de 1550, até o século XXI.

Esses mapas podem revelar as principais mudanças geoculturais, como a ascensão e a decadência do Nordeste (Salvador, Olinda e Recife), seguidas pela ascensão e decadência do Rio de Janeiro como o principal local de todos, seguidas pela ascensão de São Paulo a partir dos anos 1890. A cronologia provoca uma dúvida: São Paulo ainda é dominante? Ou será que o conhecimento está se dissociando do local, no Brasil como em todos os outros lugares? A cronologia, no modo como está, incompleta, também sugere uma grande mudança de poucos lugares de conhecimento para muitos, uma proliferação conduzida pelo aumento no número de alunos, à medida que a população aumenta e o ensino superior passa a alcançar proporção maior de jovens.

Uma sugestão final, retomando Martius, é que a história dos conhecimentos no Brasil colonial possa ser escrita em termos da interação entre o que ele chamou de “as três raças” e que poderíamos descrever como “três culturas”. Gilberto Freyre foi, obviamente, um pioneiro nesse campo, pois seus estudos do que denominou “interpenetração” de culturas abriram espaço para os conhecimentos, entre eles o conhecimento culinário dos cozinheiros afro-brasileiros. Se uma história dos encontros entre os conhecimentos de indígenas e brasileiros falantes de português vier a ser escrita, um tema central dessa história certamente será a hibridização.

O recente conflito acerca da propriedade intelectual na medicina tradicional, envolvendo os Krahó (grupo do estado do Tocantins) e pesquisadores da Unifesp, constitui-se como um exemplo claro desse processo. De um lado, bioprospectores desejando lançar mão do conhecimento indígena, e, de outro, um povo indígena trabalhando com advogados e antropólogos para reivindicar uma compensação pela disseminação desse conhecimento. Houve uma colisão entre dois mundos intelectuais, duas cosmologias, porém eles parecem ser comensuráveis – pelo menos provou-se ser possível traduzir do idioma de um mundo para o de outro. Esse caso também levanta a incômoda dúvida: propriedade intelectual de quem? Dos pajés? De todos os Krahó? Ou a dos vizinhos desse povo também? (Kleba, 2008, 2009; Cunha, 2006).

De maneira mais geral, a história dos conhecimentos no Brasil poderia ser estudada e escrita em termos da interação entre aquilo que os diferentes grupos de imigrantes (italianos, japoneses, “turcos” etc.) trouxeram consigo e aquilo que já se encontrava no local quando lá chegaram ou, ainda mais genericamente, em termos de colisões, hibridizações e interpenetrações de diferentes culturas de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Este artigo aprofunda alguns temas apresentados na conferência “Sites of invention: Latin America and the global history of historical and anthropological knowledge” (“Locais de invenção: América Latina e a história global do conhecimento histórico e antropológico”), Institute of Latin American Studies, University of London, 9 de junho de 2016. Meus agradecimentos aos participantes por suas perguntas e seus comentários.

NOTAS

¹ Citação extraída de <<http://snct.mctic.gov.br/semanact/opencms/index.html>>.

² Uma versão ampliada pode ser encontrada em Burke (2011).

³ Peço desculpas se a contribuição de alguém passou despercebida.

⁴ A afirmação está ficando cada vez mais comum em diferentes contextos, do feminismo à administração.

⁵ Para um manual crítico do que já foi publicado, ver Kropf e Hochman (2011).

⁶ Exceção feita, por exemplo, a Prestes (2000). Cf. Motoyama (2004).

⁷ Para uma abordagem mais tradicional da historiografia, ver Rodrigues (1979).

⁸ Sobre ordens de conhecimento, ver Burke (2016, p.25-28); sobre culturas de conhecimento, ver o projeto dirigido por Howard Hotson, <www.culturesofknowledge.org/>; sobre exilados, ver Burke (2017).

⁹ Sobre a nacionalização do conhecimento, ver Burke (2012, p.192-197), e Schwarcz, Dantas (2008).

¹⁰ Cf. a crítica de Chambers (1993), e Basalla (1967). Sobre Brasil, ver Kropf e Hochman (2011).

REFERÊNCIAS

- ABDOUNUR, Oscar; MATTOS, Adriana Cesar de. The introduction of the European university system to Brazil. In: Renn, Jürgen (Ed.). *The globalization of knowledge in history*. Berlin: Routledge. 2012.
- BARBUY, Heloísa. Cultura de exposições em São Paulo. In: Lopes, Maria Margaret; Heizer, Alda (Ed.). *Colecionismos, práticos de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB. p.255-266. 2011.
- BASALLA, George. The spread of Western science. *Science*, v.156, n.3775, p.611-622. 1967.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1999.
- BENCHIMOL, Jaime Larry; TEIXEIRA, Luiz A. *Cobras, lagartos e outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1993.
- BURKE, Peter. *Exiles and expatriates in the history of knowledge, 1500-2000*. Lebanon NH: Brandeis University Press. 2017. [Edição brasileira: *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. São Paulo: Unesp. 2017.]
- BURKE, Peter. *What is the history of knowledge?* Cambridge: Polity Press. p.25-28. 2016. [Edição brasileira: *O que é história do conhecimento?* São Paulo: Unesp. 2015.]
- BURKE, Peter. *A social history of knowledge from the Encyclopédie to Wikipedia*. Cambridge: Polity Press. 2012. [Edição brasileira: *Uma história social do conhecimento*, II. Rio de Janeiro: Zahar. 2012.]
- BURKE, Peter. The cultural history of intellectual practices: an overview. In: Fernández Sebastián, Javier (Ed.). *Political concepts and time*. Santander: Cantabria University Press. p.103-127. 2011.
- BURKE, Peter. La historia intelectual en la era del giro cultural. *Prismas: revista de histori intelectual*, n.11, p.159-164. 2007.
- BURKE, Peter. Introduction. In: Burke, Peter. *A social history of knowledge from Gutenberg to Diderot*. Cambridge: Polity Press, p. 9-24. 2000. [Edição brasileira: *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.]
- CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. 1978.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Cosmological perspectivism in Amazonia and elsewhere*. Manchester: HAU Journal of Ethnographic Theory. 2012.
- CHAMBERS, David W. Locality and science: myths of centre and periphery. In: Lafuente, Antonio et al. (Ed.) *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles. p.605-618. 1993.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Savoirs autochtones: quelle nature, quels apports?* Paris: Collège de France. 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *"Culture" and Culture: traditional knowledge and intellectual rights*. Chicago IL: Prickly Paradigm Press. 2006.
- DANTES, Maria Amélia (Ed.). *Espaços de ciência no Brasil, 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001a.
- DANTES, Maria Amélia. Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil. In: Dantes, Maria Amélia (Org.). *Espaços da ciência no Brasil, 1800-1930*. p.13-22. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001b.
- DANTES, Maria Amélia. Institutos de pesquisa científica no Brasil. In: Ferri, Mário Guimarães; Motoyama, Shozo. *História das ciências no Brasil*. v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1980.
- DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos livros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2011.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, n.28, p.17-36. 2006.
- FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Editora Anhambi. 1958.
- FERRI, Maria Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (Ed.). *História das ciências no Brasil*. 3 v. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1979-1980.
- FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Editora Hucitec. 1997.

- FINNEGAN, Diarmid A.; WRIGHT, Jonathan J. (Ed.). *Spaces of global knowledge: exhibition, encounter and exchange in an age of empire*. Farnham: Ashgate. 2015.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política acadêmica no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35, s.p. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>>. Acesso em: 26 fev. 2018. 1997.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria P. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia. São Paulo. 1994.
- HALLEWELL, Laurence. *Books in Brazil*. Metuchen: The Scarecrow Press. 1982.
- HORTA, José Nunes; PETTER, Margarida. *História do saber lexical brasileiro*. São Paulo: Humanitas. 2002.
- JACOB, Christian. *Qu'est ce qu'un lieu de savoir*. Marseille: OpenEdition Press. 2014.
- JACOB, Christian (Ed.). *Lieux de savoir*. Paris: Albin Michel. 2007.
- KLEBA, John B. A socio-legal inquiry into the protection of disseminated traditional knowledge: learning from Brazilian cases. In: Kamau, Evanson C.; Winter, Gerd (Ed.) *Genetic resources, traditional knowledge and the law*. London: Earthscan. p.119-142. 2009.
- KLEBA, John B. Pajés, etnofarmácia e direitos tortuosos: o caso Krahó-Unifesp. Trabalho apresentado no 7. ESOCITE.BR. Brasília. Disponível em: <www.necso.ufrj.br/esocite2008/trabalhos/35972.doc>. Acesso em 27 fev. 2018. 2008.
- KROPF, Simone; HOCHMAN, Gilberto. From the beginnings: debates on the history of science in Brazil. *Hispanic American Historical Review*. v.91, n.3, p.391-408. 2011.
- LEFEBVRE, Jean-Paul. Les professeurs français des missions universitaires au Brésil (1934-1944), *Cahiers du Brésil Contemporain*, n.12. Disponível em: <<http://www.revues.msh-paris.fr/vernumpub/8-J.P%20Lefebvre.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2018. 1990.
- LIVINGSTONE, David. *Putting science in its place: geographies of scientific knowledge*. Chicago: University of Chicago Press. 2003.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec. 1997.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 7 v. São Paulo: Editora Cultrix. 1977-1979.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.6, n.24, p.381-403. 1845.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.
- MICELI, Sérgio (Ed.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice. 1989.
- MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil, v.1: 1500-1840*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.
- MOTOYAMA, Shozo. Período colonial: o Cruzeiro do Sul na terra do pau-brasil. In: Motoyama, Shozo (Org.). *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: Edusp; Fapesp. p.59-117. 2004.
- MOTOYAMA, Shozo et al. *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2004.
- ORTRIWANO, Gisela S. *A informação no rádio*. São Paulo: Summus Editorial. 1985.
- PEARD, Julyan. *Race, place and medicine: the idea of the tropics in 19th century Brazilian medicine*. Durham: Duke University Press. 1999.
- PRESTES, Maria Elice B. *Investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume. 2000.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público, 1808-1964*. Rio de Janeiro: E-papers. 2000.
- RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: a historiografia colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular. 2007.
- ROSENBERG, Charles E. Towards an ecology of knowledge. In: Oleson, Alexandra; Voss, John (Ed.) *The organization*

of knowledge in modern America, 1860-1920. Baltimore: Johns Hopkins University Press p.440-455. 1979.

SÁ, Dominichi Miranda de.
A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil, 1895-1935. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

SALZANO, Francisco M.
A antropologia no Brasil: é a interdisciplinariade possível? *Amazônica*, v.1, n.1, s.p. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v1i1.133>>. Acesso em: 28 fev. 2018. 2009.

SCHNEIDER, João Ricardo.
Breve história do conhecimento. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W4Z-s6yIIKk>>. Acesso em: 26 fev. 2018. 2013.

SCHWARCZ, Lília; DANTAS, Regina.
O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.46, p.123-164. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon.
A space for science: the development of the scientific community in Brazil. University Park PA: Pennsylvania State University Press. 1991.

SNOW, C. P.
The two cultures. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck.
História da imprensa no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira. 1966.

SOUZA, Laura de Mello e.
Brasil: literatura y “intelectuales” en el periodo colonial. In: Myers, Jorge (Ed.). *La ciudad letrada: historia de las intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz. 2008.

STEPAN, Nancy.
Beginnings of Brazilian science: Oswaldo Cruz, medical research and policy, 1890-1920. New York: Science History Publications. 1976.

TY, Michelle.
On the cognitive turn in literary studies. *Qui Parle*, v.19, n.1, p.205-219. 2010.

VEIGA, Gláucio.
Historia das ideias da Faculdade de Direito no Recife. 7 v. Recife: Editora Universitária Universidade Federal de Pernambuco. 1980-1997.

VOEKS, Robert A.
Are women reservoirs of traditional plant knowledge? Gender, ethnobotany and globalization in Northeast Brazil. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v.28, n.1, p.7-20. 2007.

APÊNDICE – ALGUNS LOCAIS DE CONHECIMENTO NO BRASIL, 1552-2005

1552	Colégio Jesuíta, Salvador	1827	Observatório Nacional, Rio de Janeiro
1556	Colégio Jesuíta, Piratininga	1827	Faculdades de Direito, Olinda e São Paulo
1567	Colégio Jesuíta, Rio de Janeiro	1832	Faculdades de Medicina, Salvador e Rio de Janeiro
1570s	Colégio Jesuíta, Olinda	1827	Colégio D. Pedro II, Rio de Janeiro
1675	Colégio Jesuíta, Recife	1838	Arquivo Público do Império, Rio de Janeiro
1792	Real Academia de Artilharia, Rio de Janeiro	1838	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro
1808	Impressão Régia, Rio de Janeiro	1839	Escola de Farmácia, Ouro Preto
1808	Jardim Botânico, Rio de Janeiro	1844	Livrarias Garnier abriram uma filial no Rio de Janeiro
1808	Academia Real da Marinha, Rio de Janeiro	1866	Museu de História Natural, Belém (atual Museu Paraense Emílio Goeldi)
1808	Escola de Cirurgia, Salvador	1874	Escola Politécnica, Rio de Janeiro
1809	Academia Médico-Cirúrgica, Rio de Janeiro	1875	<i>Estado de S. Paulo</i> , São Paulo
1810	Biblioteca Real, Rio de Janeiro (atual Biblioteca Nacional do Brasil)	1876	Escola de Minas, Ouro Preto
1811	Academia Real Militar, Rio de Janeiro	1881	Exposição de História do Brasil, Rio de Janeiro
1818	Museu Real, Rio de Janeiro (posteriormente Museu Nacional)	1887	Instituto Agrônomo, Campinas
1825	<i>Diário de Pernambuco</i> , Recife		
1827	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro		

- 1894 Escola Politécnica, São Paulo
- 1895 Museu Paulista, São Paulo
- 1896 Escola de Engenharia, Porto Alegre
- 1896 Faculdade Mackenzie, São Paulo
- 1897 Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro
- 1899 Escola de Farmácia, São Paulo
- 1899 Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo
- 1900 Instituto Soroterápico Federal, Rio de Janeiro (atual Fundação Oswaldo Cruz)
- 1901 Escola de Agricultura, São Paulo
- 1901 Instituto Butantan, São Paulo
- 1902 Escola Prática do Comércio, São Paulo
- 1909 Expedição Rondon para a Amazônia
- 1912 Roquette Pinto viveu com os Nambikwara
- 1912 Universidade do Paraná
- 1914 Faculdade de Medicina, São Paulo
- 1916 Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro
- 1920 Universidade do Rio de Janeiro (posteriormente Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- 1922 Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro
- 1925 Biblioteca Municipal, São Paulo (atual Biblioteca Mário de Andrade)
- 1927 Universidade de Minas Gerais
- 1927 Instituto Biológico, São Paulo
- 1928 *O Cruzeiro*
- 1929 Museu do Estado de Pernambuco, Recife
- 1930 Museu da Inconfidência, Ouro Preto
- 1931 Livraria José Olympio inaugurada em São Paulo
- 1933 Escola Livre de Sociologia e Política, São Paulo
- 1934 Museu de Etnografia, São Paulo
- 1934 Universidade de São Paulo
- 1934 *Mission française*
- 1934 Livraria José Olympio transferida para o Rio de Janeiro
- 1934 Congresso Afro-Brasileiro, Recife
- 1935-1937 Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro
- 1936-1960 *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*
- 1937 Sociedade de Etnologia e Folclore
- 1940 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio de Janeiro)
- 1940 Museu Imperial, Petrópolis
- 1944 Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro
- 1944 Hospital das Clínicas, São Paulo
- 1946 Universidade da Bahia, Salvador
- 1946 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-São Paulo)
- 1947 Livraria Cultura, São Paulo
- 1950 Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José
- 1951 Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 1951 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
- 1962 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)
- 1962 Universidade de Brasília
- 1966 Universidade de Campinas (Unicamp)
- 1969 Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), São Paulo
- 1969 Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj)
- 1970 1ª Bienal Internacional do Livro, São Paulo
- 1976 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- 1976 Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Ciências Sociais (Anpocs)
- 1982 Museu Afro-Brasileiro, Salvador
- 1983 Sociedade Brasileira de História da Ciência
- 1986 *Revista Brasileira de Ciências Sociais*
- 1988 1º Colóquio Brasileiro de História e Teoria do Conhecimento Geológico, Campinas
- 1992 Convenção sobre Diversidade Biológica, Rio de Janeiro
- 2001 Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento, São Paulo
- 2004 1ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
- 2005 Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, USP